

ANDREIA

A militância, por exemplo, ela é um caminho provável para quem compreende que todo ato humano é um ato político e para quem é inconformada com as desigualdades tão agudas do mundo em que vivemos e vê na luta coletiva a única maneira possível de uma transformação radical da sociedade. Por este motivo, a organização coletiva – não só o ativismo independente – tem sido uma constante na minha trajetória, seja à frente da APEB – Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra, quando morei em Portugal em 2007/08, seja na formação e implantação do sindicato docente na UNILA.

Andréia Moassab^()*

(*) Andréia Moassab é arquiteta e urbanista, mestra e doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, com estágio de doutoramento pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Professora no curso de Arquitetura e Urbanismo e no programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA. Presidenta do SESUNILA Seção Sindical do ANDES/SN na UNILA, gestão 2018-20.

PRODUÇÃO DO SENSÍVEL E DIREITO À CIDADE: POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL FEMINISTA

Andréia Moassab

Boletim ODC: Gostaríamos que você começasse falando um pouco da sua trajetória como arquiteta e urbanista, acadêmica, docente, feminista e militante política de diversas frentes de luta.

Andréia Moassab: Essa não é uma pergunta fácil porque implica compreender as diversas camadas que formam nossas subjetividades. A minha formação é muito tributária dos estudos urbanos e do planejamento. Durante a graduação tive a oportunidade de estagiar em uma empresa pública, a EMPLASA [Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano], empresa voltada para o planejamento da região metropolitana de São Paulo, uma grande escola pra mim. Certamente, a experiência no serviço público forjou muito a minha formação e perspectiva profissional e de mundo. Ao colaborar naquilo que foi provavelmente a primeira sistematização das favelas da grande São Paulo, comecei a notar um completo desencontro entre os dados oficiais e a vida das pessoas. Nas cartas do IBGE, que eram completíssimas, as favelas simplesmente não existiam. Recém-formada fui trabalhar noutra empresa pública, a CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, a maior empresa habitacional da América Latina. Integrei a equipe responsável pela regularização fundiária de seus conjuntos habitacionais, um tema novo nos anos 1990. A gente estava dando os passos iniciais nesse debate.

Já o tornar-se feminista é um processo em constante construção, é difícil definir um marco temporal. Proponho começar com o relato de alguns episódios na minha vida profissional. Antes de ser professora universitária, além do trabalho nos órgãos públicos, em paralelo, fui consultora na área de planejamento urbano. Quando eu já tinha largo curriculum e experiência profissional, me dei conta de que certos episódios – os quais por uns

anos eu atribuí à jovialidade ou por ser recém-formada – já não podiam mais ser atribuídos a isso. Em uma reunião numa empresa pela qual eu coordenaria um plano diretor, íamos definir o cronograma das parcelas do meu pagamento. No entanto, a coordenadora do setor financeiro quis compreender melhor como seria o trabalho. Ela fazia as perguntas olhando para o meu assistente. Claro, ele era homem. Como ele não sabia responder, porque era eu quem coordenaria os trabalhos, ele olhava pra mim e eu, então, respondia a ela. Foram umas três perguntas assim. E era uma engenheira mulher! Veja como o patriarcado é tão enraizado na sociedade que ela sequer se deu conta da situação absurda. Outras circunstâncias foram igualmente aviltantes, até contrapropostas ofensivas aos meus honorários, que jamais seriam feitas a homens. Estes fatos foram muito marcantes. Por mais que saibamos que mulheres têm menor salário ou que o capitalismo se sustenta do trabalho doméstico não remunerado, era tudo bem teórico para mim naquela altura da vida. Foi na sequência daqueles episódios que me dei conta: “pera lá, isso sempre aconteceu não por eu ser recém-formada, mas porque sou mulher!” Foi quando me aproximei do feminismo, pois embora as questões fizessem parte do meu cotidiano, elas não estavam organizadas, nem eu fortalecida para reagir aos constantes ataques aos quais somos submetidas. Isso já tem uns vinte anos e segue até hoje. É uma construção contínua. Eu acho que a geração mais nova tem a vantagem enorme de perceber estes mecanismos de opressão mais cedo e poder se preparar para combatê-los mais cedo também.

Atualmente, eu diria que eu sou feminista e arquiteta e urbanista. O feminismo é a ferramenta que me orienta a estar no mundo, interseccionalizado, evidentemente, com a luta antirracista e classista, de uma luta para superação do patriarcado-racista-capitalista. Uma vez tendo essa compreensão, não tem um botão de liga-desliga, é meu estar no mundo, como penso e ajo em todas as dimensões da vida. É previsível, portanto, que isso tudo faça parte da minha trajetória de pesquisa e como docente.

Por fim, pra fechar a sua pergunta, é em Cabo Verde, onde morei e trabalhei quase quatro anos, que a docência deixa de ser uma prática esporádica e inicio minha carreira como professora. Eu diria que foi num

contexto muito apropriado por um lado para compreender o racismo institucional e acadêmico, nomeadamente das universidades do Norte que impõem suas agendas no Sul. E, por outro lado, para perceber como aquele universo não estava isento de machismo. São todas camadas sobrepostas, vivências e reflexões que se retroalimentam, que constituem minha práxis como mulher-mãe-profissional-pesquisadora-feminista-antirracista-classista e voltada para a América Latina. Com a minha vinda pra UNILA compreendi, ainda, com muita clareza, o quanto a história dessas opressões são constitutivas do capitalismo e o quanto este é tributário da invasão das Américas e da conseqüente racialização do mundo que estruturou as bases da exploração da sociedade nos últimos cinco séculos.

Andréia, conta um pouco do projeto político-pedagógico do curso de arquitetura e urbanismo na UNILA - Universidade Federal da Integração Latino Americana, que você coordenou. Sabemos que ele busca romper a hegemonia normativa dos cursos, em grande medida nortecentrados, urbanocêntricos, brancos, patriarcais e voltados para o mercado da construção civil. Por que é urgente pensar um ensino de arquitetura e urbanismo decolonial que faça emergir outros saberes e fazeres que passem pelas clivagens de gênero, raça e classe?

Se buscamos preparar profissionais aptos e aptas a darem respostas ao seu tempo, não vejo como é possível seguir formando arquitetos e arquitetas, sobretudo no Sul, que continuem reforçando, por meio do desenho do espaço e das cidades, as opressões de gênero, sexualidade, raça e classe. A modernidade ocidental produziu uma arquitetura não apenas eurocentrada, mas feita a partir de uma perspectiva masculina, heteronormativa, branca, burguesa, urbana, adultocêntrica e etarista. De um modo geral, essas áreas têm sido bastante conservadoras e, via de regra, instrumentalizadas pelo capitalismo. O Urbanismo, enquanto disciplina, nasce no século XIX com o objetivo de ordenar o rápido crescimento urbano das cidades decorrente da emergente industrialização. No século XX, a cidade modernista materializada em Brasília é, igualmente, excludente e a serviço do capital. Dito de outro modo, imersa numa tradição acrítica e eurocêntrica de ensino ou, pior, despolitizada, a nossa atuação profissional

acaba por colaborar para a reprodução e manutenção do patriarcado-racista-capitalista.

Propor um curso de arquitetura e urbanismo na América Latina, a partir da América Latina, implica tensionar o ensino e a prática profissional do último século, para poder avançar em direção a uma formação pautada em solucionar os principais problemas do subcontinente que cabem à área: uma educação voltada para emancipação humana, guiada pelo direito à moradia, com respeito à adequação cultural, pelo direito à cidade e ao território. Nesse ponto, tem sido fundamental a familiaridade com o pensamento decolonial, a teoria marxista da dependência, o pensamento latino-americano em ciência, tecnologia e sociedade, e com os e as intelectuais negros e negras do subcontinente. Trata-se de um arcabouço teórico primordial para tirar a área do lugar comum e provocar questões sobre os modos de morar, numa compreensão alargada da relação étnico-racial com o espaço ou para recentralizar a história da ocupação do território na América Latina a partir da espacialização da violência colonial. Nosso esforço é descortinar como se dá a racialização do sistema-mundo moderno-colonial na arquitetura, nas tecnologias construtivas e na ocupação dos territórios. O que venho fazendo é, por conseguinte, uma sociologia das ausências, como diz Boaventura de Sousa Santos. Procuramos descolonizar o ensino de arquitetura e urbanismo com o objetivo de constituir uma ecologia de saberes construtivos próprios da América Latina. Ressalte-se que não faço isso sozinha, além dos alunos e alunas, o curso na UNILA aproximou pessoas que partilham dessa perspectiva e interesses. Numa universidade tão singular como essa, teria sido irresponsável seguir reproduzindo acriticamente o perfil usual das escolas de arquitetura e urbanismo.

Apesar de ser extremamente inovadora em termos de arquitetura e urbanismo, essa não era uma reflexão nova para mim. Eu já vinha fazendo um exercício de pensar a nossa área profissional em Cabo Verde.

Quando voltei ao Brasil, dessarte, estava nítida para mim a importância da obra de Fathy e dos ensinamentos de Lina Bardi, com seu diálogo entre o moderno e o popular. Para conceber o curso na UNILA, me aproximei da obra de Sérgio Ferro e sua compreensão do objeto arquitetônico como parte de uma produção de mais-valia sobre o território. A tradição ladrilleña

encampada pelo uruguaio Eladio Dieste, voltada para desenvolver edifícios de fácil execução técnica e baixos custos finais, é também significativa para o nosso perfil de curso. Nos anos seguintes, sigo reorientando meus estudos a alguns pensadores e pensadoras da arquitetura na América Latina convergentes com todo esse arcabouço, como Marina Waisman e Roberto Segre. O resultado é um projeto político-pedagógico no qual o canteiro experimental, pautado pelo saber-fazer, integra o conjunto de disciplinas obrigatórias, assim como “políticas públicas de habitação”, “práticas participativas em arquitetura e urbanismo”, “história da casa e da habitação”. Em pelo menos três semestres os ateliers integrados versam obrigatoriamente sobre a moradia, sendo um deles voltado para a assessoria técnica. Ainda compõem o curriculum obrigatório diversas disciplinas voltadas para a arquitetura e cidades latino-americanas e, como optativas, arquiteturas e cidades africanas, arquiteturas indígenas, afro-latinas e estudos de gênero e raça voltados para a arquitetura e as cidades.

Óbvio que existem diversas limitações e problemas para a implantação do curso, especialmente por conta da precarização na expansão do ensino superior do país, que além disso, tem sofrido imensamente com os cortes orçamentários do Governo Federal dos últimos anos. Lamentavelmente, este cenário não apresenta sinais de melhora, pelo contrário. A Emenda Constitucional 95, aprovada ano passado, e a reforma administrativa conforme está sendo pautada pelo parlamento, têm como agenda o desmonte do serviço público e, no caso do ensino superior, a sua privatização. Portanto, as lutas que enfrentamos todos os dias não dizem respeito apenas à energia dispensada para dar conta dos desafios epistemológicos que vimos propondo, mas também, em grande parte, para conseguir manter, no país, o ensino (e a pesquisa) público, gratuito, laico, de qualidade e socialmente referenciado.

A sua produção acadêmica e atuação política na universidade e fora dela estão em grande medida imbricadas com as questões feministas. Para você o feminismo é uma ferramenta contra o patriarcado-racista-capitalista. Desta maneira, você tem aberto um diálogo singular nas suas ações de docência por meio de projetos que valorizam a visibilidade

das mulheres e outros grupos marginalizados. Como a sua prática tem contribuído para pluralizar saberes e corpos frequentemente subalternizados pela academia e pela sociedade?

Uma primeira questão fundamental para ampliar a visibilidade das mulheres na arquitetura é, a meu ver, aumentar maciçamente o repertório dos e das estudantes sobre arquitetas mulheres. Defendo que é altamente necessário, ademais, a inclusão de uma perspectiva feminista em arquitetura por expandir as possibilidades de um desenho de espaço e de território mais inclusivos para mulheres, crianças, idosos/as e, digamos assim, dos “corpos desviantes”, todos aqueles refutados pelo capitalismo e o desenho espacial a ele atrelado. Nas minhas aulas no início do ano letivo costumo pautar esta temática, apresentando um desafio simples: peço que alguém apresente o nome de dez mulheres arquitetas de qualquer país ou época. Nunca nenhuma turma, nem auditório cheio, ninguém conseguiu fazer isso! Quando, em um segundo momento, pergunto sobre arquitetas ou arquitetos negros, é pior ainda. Por outro lado, em menos de um minuto sempre tem uma relação prontinha com dez arquitetos homens, brancos... Isso diz muito sobre nossas referências! Por este motivo tenho vindo a inserir nas aulas sempre um repertório de arquitetas mulheres atuantes desde o início do modernismo. Não é fácil, sobretudo se o recorte for a América Latina. Se tem escassez de material sobre as arquitetas em geral, as latino-americanas, por sua vez, são completamente esquecidas. Com muito esforço – e orgulho – conseguimos, junto aos alunos e alunas, montar uma exposição só com arquitetas latino-americanas pioneiras do modernismo, apresentada durante o “I Encontro Internacional do MALOCA”, ocorrido em 2017.

Todavia, a presença das arquitetas é uma pequena vertente da questão porque quem debate representação sabe que não é o fato de ser mulher que garante uma boa produção arquitetônica. Mas, o contrário não é verdadeiro: o fato de não conhecermos as mulheres arquitetas não significa que elas não contribuam imensamente para a nossa área.. Também não se trata de identificar uma “arquitetura de mulheres” ou uma “arquitetura feminina” como já perguntaram em sala de aula. Trata-se de descortinar as colaborações apagadas pela história, visando compreender

o sistema de clivagem que oculta nomes como Marion Griffin, Jane Drew, Margarete Lihotzky, Lilly Reich, Ítala Fúlvia, Carmen Córdova, Luisa Dehesa e tantas outras. É assustador que, apenas em 2019, Rosa Kliass tenha sido a primeira mulher a receber o Colar de Ouro, mais importante condecoração do IAB [Instituto de Arquitetos do Brasil], existente há mais de cinquenta anos. Quando o prêmio surgiu, em 1967, Carmem Portinho já tinha sido a primeira urbanista brasileira, a primeira diretora de habitação popular da capital federal e estava à frente da escola brasileira de design naquela altura. Mina Klabin já tinha revolucionado o paisagismo com o uso dos mandacarus e da flora nativa, desde os anos 1920. Lina Bo Bardi já tinha feito o MASP [Museu de Arte de São Paulo]. Estas arquitetas não mereciam ter sido premiadas? Por que não foram? O sexismo chega a ser vergonhoso na área...

Com o objetivo de reverter esse cenário, é válido mencionar que nossa insistência no debate transversal da questão de gênero/sexualidade em várias dimensões do ensino tem trazido um saldo bastante positivo junto ao alunado, que voluntariamente tem optado pelo tema em seus trabalhos. Só para ficar em um exemplo, vou destacar os vídeos “Arquiteturas contemporâneas em Peru: dicotomias entre o visível e o invisível” e “México desde dos frentes”, trabalhos elaborados para a disciplina “Arquiteturas Latino-Americanas”. Em um enunciado sobre arquitetura contemporânea, foi espontânea a escolha dos grupos em tratar invisibilidade das mulheres. Os TCCs também são uma amostra de como o ensino pode colaborar para uma perspectiva feminista na atividade projetiva. Gostaria de mencionar três deles, os quais orientei ou co-orientei. No trabalho “Kuña Paraguai roga: una perspectiva feminista para el albergue de la Universidad Nacional del Este/PY”, Ruth Cañate, propõe uma moradia estudantil cujo projeto seja inclusivo para as mulheres com crianças, visando acolher a maternidade, um dos principais motivos para evasão feminina do ensino superior. A proposta apresentada por Maicon Rugeri relaciona espaço rural, arquitetura e gênero, demonstrando como o modernismo se torna hegemônico e coloniza o gosto popular, a ponto de pessoas de pequenas localidades rurais construir suas casas novas, brancas com planos de vidro. No meio da terra roxa do interior do Paraná é responsabilidade das mulheres manter a “brancura” dessa arquitetura, por isso o nome de seu trabalho é “Casa

branca, terra roxa: modernidade, espaço rural, arquitetura e suas relações de gênero”. O terceiro TCC que trago, é o estudo do Mateus Garcia sobre os problemas nos projetos de banheiros públicos, que facilitam ou induzem à violência contra os corpos e expressões dissidentes das Drag. Por meio de uma “etnografia caminhante”, ele mostra como a prática projetiva está imersa em relações de poder e como as opressões e violências de gênero e sexualidade se materializam no projeto arquitetônico.

Por fim, queria chamar atenção para o seguinte: embora no Brasil estes temas sejam muito recentes, eles já vêm sendo enfrentados há muitas décadas pelas companheiras de profissão que nos antecederam. Jane Drew, na Inglaterra dos anos 1930, abriu um escritório só para mulheres, pois percebeu o quanto as arquitetas tinham dificuldades em conseguir trabalho – sequer para as entrevistas elas eram chamadas. Denise Scott-Brown escreveu “Sexism and the star system in architecture” no início da década de 1970, registrando denúncias gravíssimas das dificuldades, discriminação e assédios enfrentados pelas arquitetas, inclusive, usurpação de créditos nos trabalhos. Desde então, feminismo e arquitetura têm sido tratados na produção acadêmica nos EUA, país com maior produção sobre o tema, que, no entanto, não está isenta de outras clivagens, pois não trata das arquitetas latino-americanas. No Brasil, apesar de o debate ser mais tardio, tampouco é de hoje. É preciso reconhecer o trabalho de Ana Gabriela Godinho, que praticamente solitária trouxe o debate para área, nos anos 1990.

Não apenas as arquitetas existem há muito tempo, como a problematização da área a partir do feminismo também tem décadas. Contudo, foi nos últimos anos, talvez devido às redes sociais, talvez devido à presença de uma juventude feminista nas universidades, que o debate tem se organizado mais e com resultados efetivos em termos de enfrentamento e de propostas, inclusive, projetiva. Mas, trazer o debate para o ensino, de forma organizada, não é tarefa fácil, dada ainda a grande escassez de livros sobre a temática. Esse é um desafio para todas e todos, que felizmente, na UNILA, temos podido enfrentar de bom grado e com ampla adesão estudantil.

Você aponta uma série condições e desafios impostos às mulheres na academia, tais como jornadas extenuantes de trabalho, a parentalidade exclusiva, salários menores, assédios, dentre outras assimetrias. Neste sentido, o trabalho político de organização das mulheres na luta sindical nos parece urgente. Você pode nos elucidar a importância do feminismo e suas contribuições para a organização do movimento sindical e como tem sido presidir um sindicato docente a partir da perspectiva feminista?

Como já afirmei, o feminismo orienta minha práxis nas várias dimensões da vida, seja na docência, em casa ou na luta política organizada, via sindicato. Eu assumi a presidência da seção sindical do sindicato nacional docente na UNILA em 2018. Anteriormente, integrei a gestão como secretária-adjunta e fui parte ativa do movimento docente que organizou o sindicato aqui na Universidade. Dez anos atrás, em Portugal, quando integrei a direção da APEB, demos bastante centralidade para o debate sobre as brasileiras, devido aos enfrentamentos cotidianos a que as mulheres eram submetidas no contexto português. Na SESUNILA [Seção Sindical do Andes na UNILA], não poderia ser diferente. Com muita clareza afirmamos que não é possível análises de conjuntura que insistam em subalternizar as lutas antipatriarcais e antirracistas, uma vez que a exploração do trabalho na América Latina tem gênero, sexualidade e cor. Nessa estrada, diversas parcerias afetivas e militantes têm sido essenciais. Ano passado publiquei um artigo com a Francieli Rebelatto, na revista Universidade e Sociedade, justamente sobre a importância do debate feminista para o movimento sindical, no qual apresentamos uma pouco essa perspectiva da nossa seção sindical.

Desde o último período eleitoral, a guinada ultra-conservadora mostrou, com cada vez mais intensidade, a necessidade do enfrentamento de gênero em diversos âmbitos. O feminismo, a educação, a ciência e a cultura são, aliás, os “inimigos” centrais do atual governo. Nesse contexto, tivemos que vir a público, enquanto sindicato, defender docentes nas suas atividades acadêmicas usuais relacionadas à luta das mulheres, como foi o caso das ameaças sofridas pelas organizadoras da atividade “Corpo, Arte e Política” – não por coincidência, no mesmo momento em que avançava o projeto da “Escola sem Partido” em Foz do Iguaçu, finalmente sepultado

pelo STF. No mesmo período, conseguimos organizar a marcha #elenão, que foi uma das maiores manifestações de rua da cidade – uma vitória em se tratando do interior do Paraná. Na marcha destacamos os principais motivos pelos quais as mulheres não deveriam votar no candidato misógino e racista à presidência da república. Nos dias seguintes, no contexto nacional, de modo muito equivocadamente diversas vezes em todo o Brasil – de homens – estavam culpabilizando as mulheres pela subida do então candidato Jair Bolsonaro nas pesquisas eleitorais. Os argumentos giravam em torno do quanto a marcha #elenão teria aumentado a visibilidade do candidato, colocando na nossa conta mais esta aberração política! As mulheres da SESUNILA se manifestaram fortemente contra este tipo de reflexão política, expondo a dificuldade das esquerdas, até hoje, em avaliar a conjuntura em toda a sua complexidade. É tão usual quanto irritante a facilidade preguiçosa com que essas análises ignoram o fato da democracia, além de ser uma construção historicamente burguesa, é masculina, branca e heterossexual.

Seguramente por isso, ano passado nos motivamos a organizar um curso de formação política sobre feminismo, registrado no Caderno SESUNILA n.02, dossier “Feminismos e Emancipação”. Ainda, no bojo da luta



Foto: Néle Azevedo. Monumento Mínimo. Santiago, Chile. 2012.

contra a reforma da previdência, produzimos um folheto mostrando como as mudanças teriam forte impacto para as mulheres trabalhadoras. Em 2020, abrimos o ano letivo com uma campanha contra o machismo na universidade. Foram coletadas diversas frases machistas do cotidiano da nossa comunidade acadêmica, as quais divulgamos sob o mote “saiba que é machismo”. Assim por diante a luta contra o patriarcado é uma constante nos nossos enfrentamos.

Vale a pena realçar outro aspecto da nossa atuação a partir do sindicato, que julgo ser pertinente ao debate. Temos insistido bastante na intersecção gênero-sexualidade-raça-classe-estética na luta contra o capital, compreendendo a produção estética como central para a transformação social. Não apenas estamos em um momento histórico em que a disputa de narrativas está posta, como são quinhentos anos de produção de subjetividades pautadas pela modernidade/colonialidade. Sob esta perspectiva, considero condição sine qua non incorporar à práxis, a dimensão estético-cultural-político. Se todo ato humano é um ato político, toda arte é uma arte política! Na SESUNILA o feminismo tem sido uma das portas de entrada para a construção dessa dimensão estético-cultural-político, que temos avançado em torno da comunicação e arte, enquanto projetos políticos. Isto se dá devido, principalmente, aos diversos desafios, seja no âmbito do fazer – das mulheres artistas usualmente invisibilizadas, seja nos modos de representar o corpo feminino em diferentes expressões da linguagem, que muitas vezes, atravessados pelo patriarcado, aprofundam a objetificação e desumanização das mulheres. A arte e a produção de sentidos, querendo ou não, estão fortemente ligadas à luta de classes, na medida em que a classe trabalhadora além de gênero e cor, tem sensibilidades, as quais estão permanentemente em disputa. Temos vindo, conseqüentemente, a defender um aprofundamento nos debates sobre comunicação e arte sindicais, construindo um caminho em favor da arte militante, aquela que denuncia e sensibiliza, agrega e organiza a classe trabalhadora, como é o caso da indissociabilidade entre arte e política característica do movimento Zapatista no México.

Nessa direção, comemoramos o centenário da Revolução Russa com o evento “A revolução russa e as mulheres”, que incluiu exposições, exibição de filmes e debate sobre mulheres, arte e resistência. Foi um desafio enorme

de pesquisa e organização de material e também uma inovação, optar por mostrar a participação das mulheres no processo revolucionário. Para a exposição selecionamos cartazes soviéticos concebidos por mulheres artistas gráficas da URSS. Ambos os filmes projetados foram dirigidos por mulheres, acompanhados de uma roda de conversa composta só por mulheres de distintas áreas do conhecimento. No ano seguinte, com o mesmo intuito de valorização do trabalho das mulheres, logo após as eleições nacionais, a SESUNILA promoveu o ciclo de cinema “Lute como uma garota”, com a exibição de filmes protagonizados ou produzidos por mulheres. Em paralelo, num exercício de síntese visual do debate político, temos vindo a ilustrar ou fazer referência nos cartazes das atividades, a obras de artistas mulheres, especialmente da América Latina, adicionando mais um recorte – o geográfico – nesse emaranhado de sobreposição das opressões.

Ou seja, a gente tem trabalhado pela valorização da produção artística e intelectual das mulheres, sobretudo das latino-americanas e das mulheres negras, na medida em que reconhecemos que isolar as categorias de análise é nitidamente insuficiente. O pensamento decolonial o tempo todo nos lembra da geopolítica do conhecimento e, eu diria, da geopolítica na formação das subjetividades. De igual modo, o faz o materialismo histórico dialético, nos obrigando constantemente a partir da realidade concreta, que sabemos, é imersa nas determinações históricas, que são ao mesmo tempo sociais, políticas e culturais. Embora esteja sempre implicada, estou convencida de que faz falta uma maior centralidade da dimensão cultural para uma práxis mais assertiva. Defendo, portanto, que práticas artísticas e problematizações da produção do sensível são caminhos fundamentais de articulação destas lutas com a disputa pelo imaginário da classe trabalhadora e para, inclusive, possamos vislumbrar possibilidades de mundo fora do patriarcado-racista-capitalista.

Andréia, você destaca o lamentável papel que a arquitetura e o urbanismo têm se prestado como porta vozes do capitalismo verde, o qual com base num discurso falacioso de sustentabilidade ambiental, econômica e de qualidade de vida, vende um imaginário de cidades forjadas em projetos urbanos de grande envergadura e escala, mas que seguem as

riscas da exclusão e higienização. Podemos pensar uma arquitetura e um urbanismo feministas para um contexto contemporâneo latino-americano para um enfrentamento ao capitalismo verde?

São muitas questões nessa pergunta, inclusive uma conexão entre correntes do feminismo e o capitalismo verde, que não são necessariamente contraditórias. O feminismo liberal, por exemplo, que não trabalha com a superação do capitalismo, converge bastante bem com o falacioso capitalismo verde, com o bizarro ecocapitalismo... Por este motivo é importante sempre reforçar que o horizonte de superação é do patriarcado-racista-capitalista. Ano passado coordenei, pela SESUNILA, um curso de formação para professores e professoras da rede municipal de ensino, numa parceria com o sindicato municipal. O curso tinha por objetivo propiciar ferramentas às professoras e professores para uma análise crítica sobre ambiente e sociedade, tema cada vez mais atual e relevante, sobretudo no contexto de pandemia que atravessamos. Buscamos usar nas aulas noções do senso comum, como desenvolvimento e sustentabilidade, para desconstruí-las e mostrar a contradição implícita nos termos da moda como “capitalismo verde”, acompanhado pelos “*greenwashing*” e “*socialwashing*” das empresas e corporações. Na minha aula, em específico, problematizei o que é tecnologia (e o que não é) conforme consolidado pela modernidade-colonialidade, mostrando que soluções construtivas simples e populares são, frequentemente, adaptáveis ao clima, aos materiais disponíveis localmente, de baixo custo e de pouco impacto ambiental. Para amparar o debate na experiência cotidiana dos e das presentes, usei material de uma pesquisa que fizemos na região e que resultou na cartilha “Morar na Barranca: habitação, desenvolvimento territorial e tecnologia social na região trinacional”. A questão ambiental foi um dos principais eixos daquele trabalho, na medida em que levantamos diversas soluções populares para a moradia na fronteira, com atenção especial para as áreas de risco de inundação. Foi com base nesse material que valorizamos o saber-fazer local e desconstruímos as noções de tecnologia, progresso, desenvolvimento ou sustentabilidade, todas fagocitadas pelo capital.

O impacto ambiental, a exploração e as condições precárias de trabalho são próprios do capitalismo, que opera como detentor do direito

de dominação tanto da natureza quanto da classe trabalhadora. Ainda, a destruição da natureza implícita no modelo produtivo capitalista tem atingido de maneiras extremamente diversas os países e comunidades. Comumente, os crimes ambientais, as contaminações, as condições de trabalho sem segurança e degradantes estão nos países pobres. O descaso com a infraestrutura e manutenção de segurança que levaram à morte de centenas de pessoas em Brumadinho e em Bento Rodrigues, que devastou o Rio Doce, do interior de Minas Gerais até a foz no Espírito Santo, se dá no Brasil, onde o ônus dessa exploração acontece bem longe de onde são usufruídos os bônus - na Austrália ou na Inglaterra, sede dos acionistas majoritários da Vale. As pessoas pobres mais afetadas pela exploração capitalista e seus impactos têm cor e gênero: são as pessoas negras, indígenas e mulheres. O resultado da violência colonial subjacente à história da ocupação do território na América Latina leva, portanto, a que as áreas de risco sejam povoadas majoritariamente pela população não-branca e, desse grupo, as mais atingidas são as mulheres.

Similarmente, há uma desvalorização das tecnologias construtivas não normatizadas, aquelas produzidas fora dos desígnios da ciência moderna, cujo saber-fazer é passado de geração em geração. A racionalidade cognitiva-instrumental da ciência sob os auspícios da modernidade/colonialidade monopoliza o debate sobre tecnologia com implicações devastadoras na sua convergência com a exploração capitalista. Também a formação da América Latina, sob estes termos, definiu as subjetividades, narrativas históricas, juízos de valores, enfim, todo um arcabouço que segue até hoje como justificativa para o genocídio da população negra ou da população indígena, para a espoliação da natureza e para o feminicídio. Junto com o patriarcado, que há milhares de anos subjuga as mulheres, o racismo será estruturante para o desenvolvimento e consolidação do próprio capitalismo. Não é casual, como já mencionei, que diversos governos nacionais acolham o concreto armado como sistema construtivo preferencial na segunda metade do século XX, o qual acarreta toda a implementação de uma estrutura econômica, produtiva e lobista, vinculada às elites nacionais. No caso do Brasil, o historiador Pedro Campos, em seu doutorado, demonstrou o vínculo indiscernível entre empreiteiras e o governo brasileiro, desde o período de Juscelino Kubitschek, apontando

como a indústria do concreto, as empreiteiras e a ditadura militar montaram fortes esquemas de corrupção envolvendo dinheiro público e grandes obras encomendadas pelo Estado. Nessa equação, entendemos que o modelo produtivo que se materializa no território é um aspecto relevante. Ao mesmo tempo, é preciso compreender como a tecnologia, ciência e industrialização estão submetidos ao capitalismo, cuja exploração, por sua vez, atinge com mais intensidade a classe trabalhadora dos países dependentes e, mais ainda, nesse grupo, as pessoas negras, indígenas e mulheres.

A almejada transformação da sociedade, com a superação do patriarcado-racista-capitalista e consolidação de uma outra relação com a natureza, só será completa se fizermos uma revisão cognitiva radical da tecnologia. É extremamente necessário questionar a racionalidade tecnológica capitalista, pois não bastam mudar os meios de produção e a propriedade, sem que a tecnologia seja cognitivamente repensada e o “resíduo capitalista” da tecnologia combatido, conforme aponta Renato Dagnino. Por mais que reconheçamos os avanços tecnológicos da antiga União Soviética ou da China contemporânea, por exemplo, a racionalidade implicada nessa produção, mesmo em países não capitalistas, parece continuar reproduzindo condições bastante precárias de trabalho e de exploração da natureza. Dito de outra forma, precisamos construir historicamente condições para que estas formas de produção possam vir a ser superadas, sem negar a contribuição que os processos revolucionários no século XX já aportaram e tomando em conta as implicações de gênero-raça-classe nessa imprescindível revisão cognitiva da tecnologia. Operar em termos de “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade”, “selo verde”, “ecocapitalismo” e outras maquiagens que apenas alargam os limites do capitalismo, está na contramão do enfrentamento necessário. Afinal, o capitalismo não é e nem nunca será verde!

Em que se pese uma atuação crítica da arquitetura e do urbanismo, é no canteiro de obras que fica mais evidente uma série de problemas sociais decorrentes do capitalismo, como a exploração da força de trabalho, majoritariamente negra no país, que você tem debatido. Como os canteiros experimentais do curso na UNILA têm tensionado a hierarquia

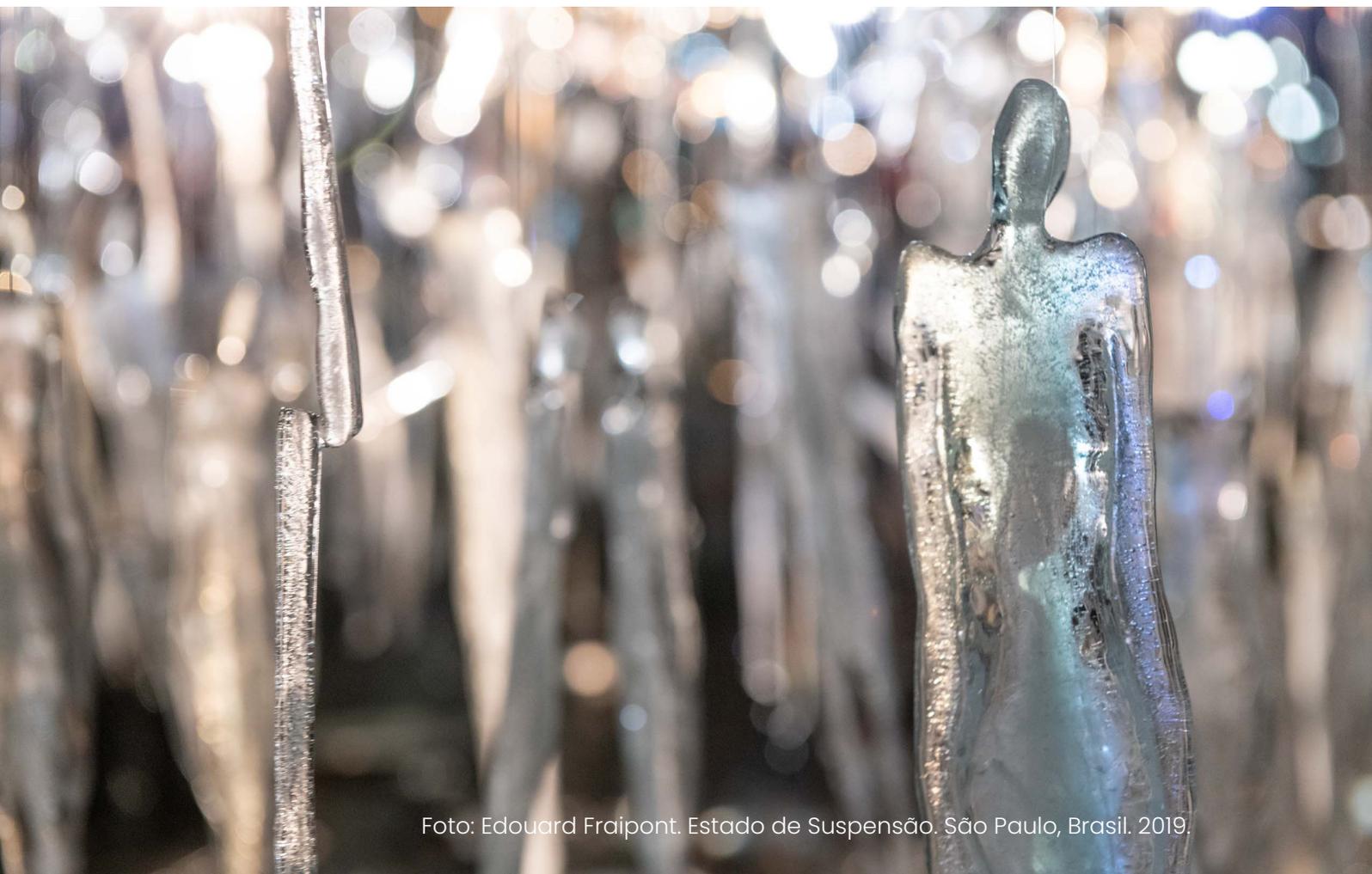
entre arquiteto(a) e operário(a) e como podem contribuir para uma formação crítica aos meios de produção e do papel ético, político e social do/a futuro/a profissional?

Julgo que as questões mais específicas ligadas à prática docente nos canteiros experimentais sejam feitas aos/às docentes dessas disciplinas, que não é o meu caso. Eu fui responsável por conceber, no currículo do curso, o debate do canteiro e do saber-fazer como componentes obrigatórias, o que foi uma novidade. Em muitas escolas, o canteiro experimental ou é atividade optativa ou inexistente mesmo. De qualquer maneira, me interessa uma perspectiva crítica sobre tecnologia e sobre o seu ensino, como pude debater no artigo “Descolonizando o ensino de estruturas em Arquitetura”, em co-autoria com o Gabriel Cunha. Com base na nossa experiência didática, refletimos sobre ensino tradicional de estruturas e sua inadequação à formação em arquitetura e urbanismo, apontando possíveis caminhos alternativos. O ponto central do nosso argumento é a inadequação de pautar-se o ensino de estruturas por metodologias didáticas verificativas abstratas, assentes demasiada ou exclusivamente em cálculos matemáticos, em detrimento de uma metodologia mais intuitiva, características do canteiro experimental. Esse modelo de ensino tem por pressuposto a universalidade e neutralidade da ciência, assente exclusivamente em cálculos matemáticos, bastante adaptáveis ao capital. No artigo explorei possibilidades de convergência no ensino de tecnologia com as disciplinas ditas “teóricas”, mostrando alguns trabalhos reunidos em duas exposições: “Arquitetura e Recursos Naturais: Tipologias Construtivas na América Latina” e “Outra(s) Arquitetura(s): os povos e suas tecnologias construtivas”. A primeira fez um panorama do repertório tipológico latino-americano, com foco nas técnicas construtivas não dominantes, realçando a diversidade construtiva do subcontinente. Para a segunda exposição, foram elaboradas maquetes e cartazes sobre as soluções habitacionais adotadas por distintos povos, que empregaram técnicas e materiais construtivos profundamente enraizados em seus territórios, tais como a moradia xinguana; os mudhaf do Iraque ou a moradia quilombola. Ambas exposições apontaram possibilidades indubitáveis de intersecção entre história da arquitetura e tecnologia, comumente separadas - e muitas

vezes antagônicas - nas matrizes curriculares dos cursos.

Vimos fazendo já há alguns anos estas aproximações. No âmbito do MALOCA, grupo de pesquisa que coordeno, organizamos, em 2018, a “II Jornada Ciência, Tecnologia e Sociedade”. Buscando aproximar arquitetura a vertentes críticas do pensamento latino-americano, propusemos que encontro tivesse como eixo temático a “geopolítica do conhecimento, dependência e colonialidade na América Latina”. Recentemente registrei minhas reflexões decorrentes da jornada no texto “De que lado a arquitetura está? Reflexões sobre ensino, tecnologia, classe e relações raciais”, no qual proponho diversas aproximações teóricas para mostrar o quanto a escolha tecnológica hegemônica para a construção civil tem colaborado, no país, para manter a exploração do trabalho nos canteiros de obra, majoritariamente formada por homens negros. Creio que é um dos únicos trabalhos no país a alinhar tecnologia construtiva e racismo.

Em outras palavras, uma compreensão crítica da tecnologia, particularmente, do seu ensino, faz emergir a questão sobre a sua finalidade, isto é: a qual projeto de sociedade deve servir a tecnologia? O saber científico supostamente objetivo e neutro subsidia a formação de técnicas mais voltadas ao aumento da eficiência e da eficácia, segundo padrões



da produtividade capitalista e, cada vez menos, afeitas à reflexão crítica destes próprios padrões. Lembremos que o Marco Legal da CT&I [Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação], aprovado em 2016, intensifica este cenário, alterando drasticamente a forma de produzir e socializar conhecimento no país. O avanço contundente dos valores de mercado em diversas dimensões da vida e a ausência da perspectiva crítica no debate da área tem colaborado para a sua instrumentalização a serviço do capital. Não é casual, portanto, desde que o governo de ultra direita assumiu, uma supervalorização das ciências exatas, nomeadamente as engenharias e novas tecnologias, em detrimento das humanidades.

Em meio a todo estresse da pandemia e da crise política que assola o país, seguem-se as reduções ostensivas das verbas para pesquisa, nas quais as ciências humanas são o alvo preferencial. Em março, mais um corte atingiu as bolsas da CAPES [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]. Em finais de abril, nenhum curso de humanas foi contemplado em edital do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]. Vivemos um cenário de trevas e retrocessos duríssimos. Nesse contexto, o lugar historicamente ambíguo da Universidade na luta de classes está em evidência, pois a mensagem do capital é certa: ou se adequa totalmente aos auspícios do mercado ou será destruída. É urgente, então, como reforcei no meu último artigo, uma tomada clara de posição tanto da produção intelectual em geral quanto de nossa área, em específico. Não há tempo para titubeios e falsas neutralidades, muito menos no debate sobre tecnologia.
